**O QUE OS JORNAIS TENTAM NOS MOSTRAR: AS DENÚNCIAS E “CURAS” PARA A MALÁRIA DURANTE A PRIMEIRA REPÚBLICA.**

Thais Teixeira do Nascimento

Universidade Federal de Goiás

thaisteixeira31@outlook.com

**Resumo**

Neste texto, pretendo explorar uma doença que ainda é preocupação para muitas pessoas em diversas regiões brasileiras: a Malária. Além de trazer a tona alguns questionamentos que tive ao longo da pesquisa, desejo socializar as descobertas que fiz, e trazer mais atenção a um assunto que ainda é pouco discutido nos trabalhos produzidos pela academia: o papel social dos jornais nas denúncias de causas para a Malária, e, as possíveis curas para este problema de saúde, durante a Primeira República (1889-1930).

**Palavras-chave:** Imprensa, Saúde, Profilaxia, Contaminação, Anúncios.

Durante a Primeira República, pode-se perceber a existência de duas principais justificativas para a Malária, assim como de duas explicações para possíveis tratamentos e curas da doença. No que diz respeito às justificativas para seu acometimento, pelo que está presente nos jornais disponíveis no site da Hemeroteca da Biblioteca Nacional, a teoria da contaminação “miasmática” e a de cunho moral são as principais que encontramos presentes nos jornais.

 Quanto aos tratamentos, os jornais expõem medicamentos que em geral não são muito acessíveis à população geral, isto porque esses anúncios, e até mesmo os jornais, eram direcionados a uma camada mais abastada da sociedade, mas, isso não significou uma melhor eficácia no tratamento dos mais ricos em relação aos menos abastados, isto porquê os saberes médicos oficiais não estavam muito distantes dos populares, que eram direcionados ao tratamento dos sintomas e não à doença em si.

1. **Os jornais como fontes históricas: a abordagem utilizada**

Para esse trabalho, os jornais foram as principais referências históricas que tivemos ao traçar um perfil de concepções sobre a Malária quanto a suas causas e possíveis tratamentos. Cruz e Peixoto (2007), ao entenderem a imprensa como uma força social ativa, propõem uma reflexão sobre a historicidade e conjuntura que deve ser estudada em conjunto com a análise dessa fonte, isto é, por meio do trabalho desenvolvido por ambas, devemos ter consciência da importância em se problematizar o papel histórico que essas fontes desempenham na constituição de sentido daquilo que colocamos como nosso objeto de análise.

Nesse sentido, os jornais não devem ser visualizados pelos historiadores apenas como um aporte documental isolado de uma conjuntura, isto porque a própria organização do jornal diz muito sobre o tempo em que ela foi criada e publicada, tanto quanto o que por ela é noticiado. Laura Maciel (2002) também problematiza a incorporação da imprensa como documento histórico que, para ser compreendido de forma mais próxima à sua finalidade, exige de nós uma reflexão sobre como seu desenvolvimento alterou os meios de comunicação e, de que forma essas modificações atingem o nosso objeto de estudo.

1. **Da teoria miasmática à teoria microbiana no Brasil**

A Malária possui outros diversos nomes, alguns sinalizando suas características sintomáticas, ou fazendo referência ao local onde possivelmente ocorria sua contaminação, entre eles, podemos encontrar: Calentura, Terça e Quartã – que correspondem à febre provocada pela enfermidade, que poderia durar continuamente por três ou quatro dias – ou por Impalusdismo, Paludismo ou Febre Palustre – cujas referências são os pântanos, que era considerado o local de maior probabilidade de contágio pela doença.

Embora já fosse notável uma grande incidência de “febres” e outras doenças e, houvesse a busca por combatê-las através de medicamentos, a falta de certeza quanto à etiologia das doenças era algo que desconcertava a comunidade médica, isto porque a carência de informações sobre as possíveis causas fazia ser pouco provável que os tratamentos médicos fossem eficazes. A teoria miasmática, em que os causadores da proliferação de doenças se encontrariam em locais pantanosos e com pouca circulação de ar, foi por muito tempo uma das principais justificativas encontradas por médicos e população em geral para explicar a contaminação por Malária até 1880, ano de descoberta da causa etiológica da doença.

Com a associação da presença de protozoários na corrente sanguínea dos enfermos e a manifestação da Malária e outras tantas descobertas referentes à etiologia das doenças, as correntes médicas passaram a voltar-se à busca por descobertas no campo das teorias microbianas por vários médicos ao longo do final do século XIX e XX. Jaime Benchimol (2008) ao discutir a respeito da presença de doenças tropicais nas ferrovias durante a Primeira República aponta esta preocupação etiológica constante durante os anos de 1880 e 1890, décadas em que além do interesse na teoria microbiana como causa para o surgimento de doenças foi o período em que houve mais estudos com respostas sobre o tema. Entre os médicos responsáveis por descobertas quanto à etiologia da Malária, o primeiro deles foi Charles Laveran, médico militar que descobriu que a doença era causada pela contaminação sanguínea causada por um protozoário.

Singer (1988) em seu livro **“Prevenir e curar: O controle social através dos serviços de saúde”** associa esse interesse e desenvolvimento de novas técnicas dos serviços de saúde com a melhoria das condições econômicas do país e, que a criação de serviços de saúde institucionalizados pode ser visualizada como uma forma de efetivar não apenas os avanços médicos, mas também a população, que passaria a ser vista como urbanizada e proletarizada.

Outro objetivo que pode ter sido vislumbrado neste processo seria a regulação do indivíduo no que tange as suas atividades sociais tanto nos ambientes públicos e de trabalho como nos privados. Oliveira (2003) trabalha esta abordagem referindo-se a utilização dos discursos médicos para a cristalização da imagem do “bom cidadão”, de tal forma, essa regulação e higienização social visam garantir a saúde e integridade das pessoas e das famílias para uma vida significativamente produtiva. Essa tese vai ao encontro do que é exposto por Singer quanto à institucionalização dos serviços de saúde.

1. **O ofício de curar durante a Primeira República**

Mas, por mais que houvesse um profundo interesse na organização de serviços que cuidassem dos enfermos e prevenisse que os saudáveis adoecessem, não podemos deixar de lado as dificuldades nos cuidados médicos do período. Como já abordado anteriormente, a falta de informações sobre as causas de possíveis doenças era um grande empecilho para a criação de medidas profiláticas eficazes, mas, além desse fator, outro muito significativo era a falta de recursos a possibilitar tratamentos à população. Magalhães (2014), em seu trabalho a respeito da ligação que pode ser estabelecida entre a ocorrência de algumas doenças e as carências alimentares em Goiás durante o século XIX, discorre sobre como essa relação debilita o sujeito, deixando-o ainda mais vulnerável e fragilizado ao ser acometido por outras doenças, como é o caso da Malária; no entanto, essa realidade não era muito diferente de outras regiões do país.

Magalhães (2014) discorre a respeito de uma série de questões relacionadas a dificuldade de abastecimento sofridas por Goiás e de como a privação de assistência médica aos goianos fizeram com que a população se valesse dos conhecimentos na utilização de ervas para o tratamento de alguns dos sintomas sofridos. Em outros lugares que não Goiás o uso de ervas medicinais também pode ser visto com certa demasia, inclusive, quanto a Malária, até mesmo os medicamentos que eram anunciados nos jornais eram provenientes da natureza, como xaropes a base de ervas, por exemplo.

Uma questão significativa a ser trabalhada inscreve-se pela falta de proximidade entre os médicos e seus pacientes. Quanto a esse assunto, não nos referimos a distância geográfica, mas, de como esta interfere no tratamento concedido as pessoas por conta da falta de proximidade com a realidade vivida pelos enfermos, o que de certa forma, causou uma quantidade significativa de resistência por parte da população aos cuidados de médicos ditos oficiais. Essa realidade começou a sofrer interferências profundas após as descobertas etiológicas das doenças, que foi também o momento de crescimento do reconhecimento e do espaço de atuação médica.

Com a criação de institutos como o Instituto Soroterápico Federal, em Manguinho, no Rio de Janeiro em 1900 e o Instituto Butantã, em São Paulo, em 1901, e com o processo de reafirmação dos institutos que ofereciam o curso de medicina, buscou-se, de certa forma, centralizar os cuidados com a saúde em uma perspectiva oficial, na tentativa de coibir a atuação dos “práticos” do período; para Magalhães (2014), essa iniciativa pode ser denominada como uma forma de “combate ao charlatonismo”, enquanto para Singer (1988) este momento fez com que a institucionalização dos serviços de saúde projetasse seu estado pleno para o fim do processo de monopolização os serviços de saúde aos profissionais da saúde, que, no entanto, nunca chegou a completar-se. Isto porque não apenas na Primeira República, mas nos anos que seguiram-se, ainda havia presença de pessoas que usaram de outros meios na tentativa de curar doenças.

1. **O que os jornais tentam nos mostrar: as denúncias e “curas” da/para a Malária durante a Primeira República**

Como dito anteriormente, os jornais constituem-se a partir da realidade em que são escritos, dessa forma, através da análise do que é contido nestes, e da forma como esse conteúdo é transmitido, podemos perceber alguns detalhes a respeito do imaginário que vigorava durante o período em que ele foi veiculado. Dentre os jornais que falam a respeito das causas da doença, o primeiro que selecionamos foi **O Pharol**, publicado no Rio de Janeiro no dia 18 de novembro de 1886, relata um problema enfrentado pela população morada ou transeunte da Rua São Matheus, como exposto no trecho:

O pedido que fizemos, há dias, sobre o pessimo estado em que está esta rua, não foi attendido: continuam os montes de terra a interceptar o transito de quem por alli passa (...).

Ora, quem será o responsável se der alguma desgraça?

Os moradores desta infeliz rua estão sugeitos a serem atacados pela febre palustre, a quebrarem uma perna, ou um braço, ou mesmo a cabeça, ou, finalmente, a verem os seus prédios arruinados, pelo effeito da chuva sobre a terra accumulada nas paredes e muros, como está se dando com a casa do dr. Gonçalves Penna.

Pelo amor de Deus! Providencias em bem dos moradores daquela parte da cidade. (RUA DE S. MATHEUS,O Pharol, Rio de Janeiro, 1886, p.1).

Como podemos observar, a preocupação dos indivíduos concentram-se em quatro problemas: a quantidade de terra que encontra-se na via, desta forma atrapalhando a passagem das pessoas, a possibilidade de acidentes devido às más condições da via, a possibilidade de adoecimento das pessoas por Febre Palustre – sendo esse cenário propício devido a maior incidência da doença em locais com acúmulo de água parada-; pela associação da lama com a quantidade de chuva presente na região, formando um pequeno terreno pantanoso e a chance de desmoronamento de prédios também devido a união entre lama e chuva; a notícia tem como objetivo expor o problema enfrentado assim como a falta de respostas e ações do Estado para solucionar esta questão.

Outra matéria escolhida encontra-se no jornal **A Noticia (RJ)**, publicada no dia 19 de Setembro de 1895, que trás o relatório do interrogatório de Julia Bessa ao 2° delegado auxiliar Barros Barreto, após a morte em decorrência da Febre Palustre de Isaltina, menina que Julia cuidava a pedido de Joaquim Guitture, pai da criança. Em depoimento, Júlia relata o mau comportamento da menina como causa para que ela adoecesse, como exposto no trecho:

Não duvidou attendel-a, recebendo, como faz, a dita menor em sua casa; mas logo dias depois de tel-o feito, arrependeu-se, porque a menor Isaltina era de gênio irascível e dominada de máo humor, proferia phrases inconvenientes e atrevidas, rasgava as próprias roupas, batia-se pelo chão, atirava-se de encontro ao fogão etc. (INTERROGATÓRIO de D. Julia Bessa, A Notícia, Rio de Janeiro, 1895, p.2).

Nesse caso, podemos observar uma possível tentativa de Júlia Bessa defender-se de uma suspeita de negligência e maus tratos, culpando a própria vítima, responsabilizando-a pela sua contaminação, e posteriormente, óbito.

No terceiro anúncio, o foco é fazer propaganda a respeito de um hotel onde, aparentemente, os enfermos poderiam ter acesso à cura, isto porque quem sofria dos sintomas, ao hospedar-se no local logo deixava de apresentar os sintomas da doença.

Hotel Tijuca- Rua Conde de Bomfim n. 175- Incontestavelmente um dos melhores. Não há febre palustre que resista a uma estadia de alguns dias. – O proprietário, Eugenio Honold. (MEMORANDUN. A Imprensa, Rio de Janeiro, 1898, s/p.).

Uma questão a se pensar é a relação que pode ser estabelecida entre o lugar e o sumiço da doença, como não existe uma comprovação acerca desta informação, o que pode ser pensado é que se trata de uma coincidência, ou que, além do espaço, o Hotel ofereça algum tratamento aos seus hóspedes que não chega a ser mencionado no anúncio, ou ainda que as pessoas que, por ventura, aqueles que se hospedaram haviam sido acometidos por uma forma mais branda da doença, de maneira que os enfermos manifestaram a doença de forma crônica.

No jornal **O Commercio do Amazonas**, há o anúncio de um xarope comercializado pela “Pharmacia Luso Brazileiro”, apresentada como quem tinha a aprovação da Junta de Hygiene do Estado do Amazonas, cuja fórmula era do farmacêutico E. E. Borba

O mais poderoso de todos os medicamentos até hoje conhecidos no tratamento específico da FEBRE PALUSTRE e as diferentes consequências do IMPALUSDISMO: este xarope reúne a vantagem de ser um excelente desobstruente e cura as congestões do fígado e do baço, órgãos particularmente lesados e cujas manifestações mórbidas são consecutivas a este grande flagelo que chama-se impaludismo e que tantas vítimas faz nesta futurosa região (...) (ÚLTIMA palavra! Xarope Celeste, Commercio do Amazonas, Manaus, s/d, s/p).

Neste anúncio, podemos observar que além da garantia dos efeitos do medicamento, um ponto destacado é o criador do farmáco e, principalmente se este é aprovado ou não pela Junta de Hygiene do Estado. Essa preocupação poderia ser observada como uma forma de dar maior importância ao produto através de sua vinculação com o discurso de profilaxia evidenciado pela comunidade médica dita oficial.

Quanto ao anúncio exposto no jornal **O Correio do Púrus**, publicado em Labrea, município localizado no estado do Amazonas, além de abordar a eficácia do sal de quinino[[1]](#footnote-1) como medicamento para o combate dos sintomas e da Febre Palustre, outro assunto abordado diz respeito ao processo evolutivo da doença dentro do enfermo, nessa matéria, outro ponto central abordado é a respeito das diferentes formas de manifestação da doença, que influenciariam o tratamento a elas destinado.

(...) Os diversos estádios do acesso palustre estão em uma relação chronologica defenida com as phrases successivas do circulo evolutivo do parasita.

Os saes de quinino fasem desapparecer do sangue os hematosoarios ao mesmo tempo que curam a febre palustre (...). (PALUDISMO. O Correio do Púrus: Propriedade de uma associação, Labrea, 1909, p.1).

Embora a matéria não tenha sido assinada por um médico, pelo linguajar empregado e as informações prestadas, tudo leva a crer que o redator dessa notícia seja uma pessoa que teve acesso a informações significativas quanto às formas de manifestação da doença e, de que forma esta varia conforme o local em que ocorre sua transmissão. A existência demais de um tipo de protozoário torna possível diferentes sintomas aos enfermos, sendo essa distinção algo essencial para a escolha do tratamento profilático mais adequado.

Outra questão importante a ser pensada é o motivo pelo qual esta matéria encontra-se na primeira capa do jornal, e, de que maneira a descrição tão detalhada das informações apresentadas, principalmente quanto aos “descobridores” Malária, podem ter influenciado a legitimidade dada à propaganda por meio do discurso médico dos pesquisadores apontados pelo jornal.

1. **Considerações finais**

Por meio das análises realizadas, embora ainda exista a noção da causa da Malária como proveniente da contaminação miasmática, ou seja, por matérias pútridas dispersas pelo ar, em certa medida também podemos perceber certa consciência, por parte dos indivíduos, de que o Estado deveria comprometer-se em evitar possíveis situações que favorecessem a contaminação destas pessoas. Outro ponto importante é o da utilização do cunho moralista como forma de culpabilizar pessoas que foram acometidas pela doença, quando estes não estão dentro de um padrão de comportamento definido como ‘ideal’ perante a sociedade em que estão inseridos; outra questão a se destacar é a importância dos mecanismos que possam legitimar as informações e produtos divulgados, em geral, valendo-se do discurso médico oficial vigente e do uso da imagem de algumas dessas figuras médicas proeminentes, para assim reafirmar que o exposto pelo jornal deve ser aceito pelos seus leitores.

1. **Referências bibliográficas**

BENCHIMOL, Jaime, “Ferrovias, doenças e medicina tropical no Brasil da Primeira República”, v.15, n.3, p.719-762, jul.-set. 2008.

CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. “Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa”. Projeto História, São Paulo, n.35, p. 253-270, dez. 2007.

< https://www.tuasaude.com/quinina/> Acesso em: 03 Jul. 2018.

MAGALHÃES, Sônia M. Males do sertão: alimentação, saúde e doenças em Goiás no século XX, Goiânia: Cânone Editora, 2014.

OLIVEIRA, Iranilson B. “’ FORA DA HIGIENE NÃO HÁ SALVAÇÃO’”: a disciplinarização do corpo pelo discurso médico no Brasil Republicano. Publicação do Departamento de História e Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte Centro de Ensino Superior do Seridó – Campus de Caicó. V.4 - N.7 - fev./mar. de 2003– Semestral.

SINGER, Paul. “Os serviços de saúde: origem e evolução histórica”. In: Prevenir e Curar: o controle social através dos serviços de saúde/ Paul Singer, Oswaldo Campos [e] Elizabeth Machado de oliveira; seleção e coordenação de Fernando Lopes de Almeida [e] Francisco Rego Chaves Fernandes. – Rio de Janeiro: Forense- Universitária, 1988, p. 16- 36.

1. **Documentos utilizados**

MEMORANDUN. A Imprensa, Rio de Janeiro, 1898, s/p.. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=245038&pesq=febre%20palustre> Acesso em: 28, Maio,2018.

INTERROGATÓRIO de D. Julia Bessa, A Notícia, Rio de Janeiro, 1895, p.2. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=830380&pesq=Febre%20Palustre>> Acesso em: 28, Maio, 2018.

RUA DE S. MATHEUS,O Pharol, Rio de Janeiro, 1886, p.1. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=258822&pesq=Febre%20Palustre>> Acesso em: 28 Jun. 2018;

PALUDISMO. O Correio do Púrus: Propriedade de uma associação, Labrea, 1909, p.1, disponível em <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=214264&pesq=Febre%20Palustre>> Acesso em: 28, Maio, 2018.

ÚLTIMA palavra! Xarope Celeste, Commercio do Amazonas, Manaus, s/d, s/p. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=301337&pesq=Febre%20Palustre>> Acesso em: 10 Jun. 2018.

1. Medicamento cujo principio ativo é a Quinina, substância natural retirada da casca de uma planta medicinal chamada Cinchona Calisaya, a árvore desta planta provem das florestas da América do Sul, e o chá desta planta, entre suas diversas propriedades, as principais são de natureza antimalárica, febrífugas, digestivas e cicatrizantes. [↑](#footnote-ref-1)